

RETROSPECTIVA – MCTI COLOCOU EM EVIDÊNCIA A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA ANTÁRTICA PARA O BRASIL



No próximo ano, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) vai lançar o novo Plano Decenal para a Antártica e o maior edital da história para financiamento à pesquisa antártica. O documento foi construído ao longo de 2022 com a participação de dezenas de instituições, incluindo ministérios, Marinha do Brasil, CNPq, universidades e contribuições de pesquisadores, especialistas e da comunidade científica. As ações foram gerenciadas pela Coordenação-Geral de Oceano, Antártica e Geociências (CGOA) da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica do MCTI.

O Termo de Execução Descentralizada no valor de R\$30 milhões para o edital de pesquisas na Antártica já foi assinado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os recursos são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Ainda não há data para o lançamento do edital.

O Plano de Ação Científica Brasileiro na Antártica apresentará as diretrizes da pesquisa brasileira na antártica até 2032. É esse documento que rege o Programa Ciência Antártica do MCTI, que tem por objetivo desenvolver pesquisa de excelência sobre a região Antártica e suas conexões com o Oceano

Atlântico e a América do Sul, assegurando a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártica. A [construção do plano decenal contou com a participação dos pesquisadores brasileiros](#) e representantes governamentais por meio do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA), que assessora a pasta.

“É a produção científica brasileira que assegura ao Brasil a condição de membro consultivo do Tratado da Antártica, com voz e voto sobre as decisões. O Plano possibilita termos diretrizes para a próxima década estabelecer estratégias de longo prazo e aprimorar o planejamento das ações no que se refere à pesquisa brasileira na Antártica”, afirma o secretário da SEPEF, Marcelo Morales.

A pasta ministerial é responsável pela gestão científica do Proantar, em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI). A coordenação geral do programa é feita pela Marinha do Brasil, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). O MCTI também é membro do *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR). Leia mais em gov.br/mcti.

CNPq/MCTI INICIA PAGAMENTO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JR. DO AUXÍLIO BRASIL

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, iniciou o pagamento das bolsas de Iniciação Científica Jr. CNPq/MCTI previstas no programa Auxílio Brasil. Ao todo, 10 mil estudantes, de 26 estados do país e do Distrito Federal, serão favorecidos com o benefício mensal de R\$ 100.

O pagamento das bolsas para os estudantes é realizado pelo Banco do Brasil.

A bolsa de Iniciação Científica Jr. CNPq/MCTI do Auxílio Brasil é uma iniciativa do Governo Federal, por meio do



Ministério da Cidadania e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, voltada a estudantes de baixa renda atendidos pelo Auxílio Brasil que participarem e conquistarem bons resultados em olimpíadas de conhecimento organizadas pelo MCTI. No total são 12 Olimpíadas do

Conhecimento que fazem parte do programa.

A bolsa dos estudantes tem vigência de 12 meses, assim como a mentoria oferecida aos alunos atendidos pelo programa. Para o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Paulo Alvim, o Programa dá aos estudantes de famílias em situação de vulnerabilidade o incentivo para seguirem se dedicando nos estudos. Confira todas as informações em gov.br/mcti.

MCTI LANÇA DOIS GUIAS DE APOIO À UTILIZAÇÃO DO MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), em parceria com o Fortec – Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia –, elaborou dois guias orientadores relacionados ao Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI): o Guia de

caracterização de entidade como ICT e o primeiro volume do Guia de Orientações sobre Instrumentos do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. O objetivo de ambos os guias é apoiar o ecossistema de inovação na aplicação do Marco Legal – Lei nº 10.973/2004, revisada em 2016 –, esclarecendo dúvidas e aumentando a segurança jurídica dos atores envolvidos.

O Guia de Caracterização de Entidade como ICT busca, à luz do previsto no MLCTI, esclarecer os requerimentos



necessários para que uma entidade seja caracterizada como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação, buscando atender a demanda recorrente do ecossistema. O guia contribui para esclarecer o papel dos diferentes atores do ecossistema, e também deixa clara a

não necessidade de credenciamento perante o ministério para que uma instituição seja considerada uma ICT.

> [Clique aqui para fazer o download do Guia de Caracterização de Entidade como ICT em PDF](#)

> [Clique aqui para fazer o download do Guia de Orientações sobre Instrumentos do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação em PDF.](#)

Leia mais em gov.br/mcti.

